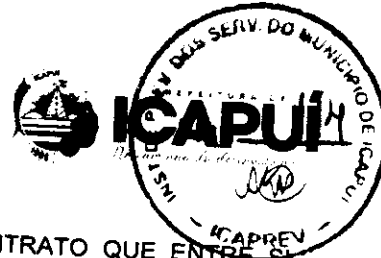




ICAPREV
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ICAPUI

CONTRATO Nº 20247008



TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO
MUNICÍPIO DE ICAPUI - ICAPREV COM A
EMPRESA MATIAS E LEITÃO
CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA,
PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ICAPUI - ICAPREV, empresa de direito público interno, com sede na Rua Engenheiro Francisco de Assis Filho, Nº 654, Centro, Icapuí, Estado do Ceará, CEP: 62810-000, inscrito no CNPJ sob o nº 08. [REDACTED]-38, neste ato representado pelo seu Presidente, o Sr. Marcos José Ferreira Nunes, doravante denominado de **CONTRATANTE**, no final assinado, e do outro lado, **MATIAS E LEITÃO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 14. [REDACTED]-00, com sede na Avenida Santos Dumont nº 3060, Sala 719 e Sala 721, Edifício Casablanca, Aldeota, CEP: 60.150-162, Fortaleza/CE, representada pelo Sr. Vitor Leitão Rocha, inscrito no CPF sob o nº 011. [REDACTED] no final assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com a Dispensa de Licitação nº 01.12.28.2023, resolvem firmar o presente Contrato, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, leis pertinentes e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1.1 – O presente Contrato tem fundamento no Processo de Dispensa de Licitação nº 01.12.28.2023, realizado com base no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL:

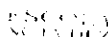
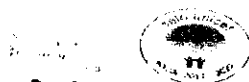
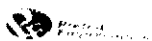
2.1 – O presente contrato tem por objeto a Contratação de prestação de serviços de assessoria técnica habilitada especializada em investimentos, devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no Conselho Regional de Economia (CORECON), estando em conformidade com as normas e princípios da Resolução CMN nº 4.963/21 e da Portaria MTP nº 1.467/22 e suas respectivas alterações, com fornecimento de software de gerenciamento de carteira para controle e monitoramento dos investimentos, a fim de atender às necessidades do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Icapuí – ICAPREV.

2.2 – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

- 2.2.1 – Os Serviços de Assessoria e Consultoria em Investimentos consistem em:
- Análises de fundos de investimentos com a apresentação e relatório explicativo para que possa subsidiar análise e entendimento da diretoria executiva, conselheiros, gestor de recursos e comitê de investimentos;
 - Proceder a análise de novos produtos financeiros para aplicações em obediência à Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MTP nº 1.467/22 e Política de Investimentos e suas respectivas alterações;
 - Emitir pareceres técnicos sobre as melhores alternativas de investimentos de recursos das reservas técnicas dos benefícios (alocação, realocação e resgate);
 - Elaboração de relatórios mensais com análise do desempenho da carteira de investimento do RPPS, informando a rentabilidade consolidada (mensal e acumulada), enquadramento das aplicações, comparadas à meta atuarial de acordo

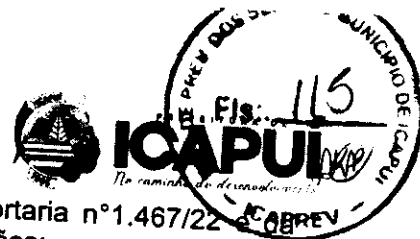
VITOR
LEITAO
ROCHA:0114
8993398

Assinado
digital por VITOR
LEITAO
ROCHA:01148993398
Dados: 2024.01.02
104356-03707



Rua Engenheiro Francisco de Assis Filho, Nº 654, Bairro Centro – Icapuí – Ceará

[Handwritten signature]



com os termos da Resolução CMN nº 4.963/2021, da Portaria nº 1.467/22 e suas respectivas alterações;

- Elaborar, no mínimo, trimestralmente, relatórios detalhados sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do regime e a aderência à política de investimentos, que deverão ser submetidos para avaliação e adoção de providências pelos órgãos responsáveis, conforme atribuições estabelecidas na forma do § 2º do art. 86 da Portaria MTP nº 1.467/2022;
- Elaborar o relatório de acompanhamento da execução da política de investimentos relativo ao ano anterior junto ao comitê de investimento e apresentar para a diretoria executiva e conselhos;
- Elaborar relatórios, no mínimo, semestralmente, junto com o comitê de investimentos contemplando as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos do RPPS às normas em vigor e à política de investimentos; as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com estabelecimento de cronograma para seu saneamento, quando for o caso; e análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las;
- Elaborar relatório anual de investimentos, com a consolidação de todas as informações relativas ao ano anterior, incluindo a conjuntura econômica, os resultados alcançados em relação as metas estabelecidas, a composição do ativo, a evolução do patrimônio, risco dos ativos e a composição da carteira de imóveis, se houver;
- Além dos relatórios e análises específicos acima citados, as ferramentas eletrônicas deverão também conter, para uso e orientação, o seguinte:
 - a) Panorama Econômico relativo ao mês anterior, com sínteses da situação externa e interna;
 - b) Boletim Econômico contendo o desempenho dos indicadores econômicos e projeções do mercado.
- Participar, bimestralmente, com a presença de analista de investimentos e/ou consultor, em reunião presencial/online na sede do RPPS para apresentação dos resultados e metas estabelecidas, especialmente, mas não limitada a:
 - a) Apresentação das análises dos relatórios realizados;
 - b) Nível de exposição da carteira aos riscos;
 - c) Novas estratégias e produtos utilizados pelo mercado;
 - d) Perspectivas para o mercado e estratégias para a alocação de recursos da contratante;
 - e) Aspectos técnicos gerais da gestão das carteiras;
 - f) Aderência dos investimentos perante a legislação previdenciária e análise perante as metas atuarias estipuladas;
 - g) Análise do cenário econômico nacional e suas implicações nos direcionamentos das aplicações financeiras dos recursos do RPPS;
 - h) Outras pautas a serem definidas pela Contratante.
- Os serviços serão prestados mediante assessoria presencial na sede deste órgão e por meio de consultoria na sede da contratada, por e-mail ou telefone, sempre que se fizer necessário;
- Assessorar a elaboração e possíveis alterações da Política de Investimentos, nos termos da Resolução CMN nº 4.963/2021 e da Portaria MTP nº 1.467/22 e suas respectivas alterações. A Contratada participará das discussões com o Gestor de Recursos e os membros do Comitê de Investimentos, devendo considerar na realização dos trabalhos os aspectos legais da Resolução CMN nº 4.963/2021 e da



Portaria MTP nº 1.467/22, bem como outros dados exigidos pela Secretaria de Previdência;

- Auxiliar na elaboração e envio do Demonstrativo da Política de Investimentos DPIN para a Secretaria de Previdência e caso seja necessário, realizar sua revisão/alteração;
- Auxiliar na elaboração e envio do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR para a Secretaria de Previdência através do Cadprev, e caso seja necessário, realizar sua revisão/alteração;
- Auxiliar no preenchimento do formulário de Autorização de Aplicação e Resgate - APR para cada movimentação realizada durante a vigência do contrato;
- Responder as diligências referentes aos investimentos junto com o RPPS a Secretaria de Previdência, TCE e demais órgãos de fiscalização;
- 2.2.2 – Disponibilização de acesso a Software de Gerenciamento de Carteira de Investimentos contendo no mínimo:
 - Acesso via web;
 - Composição da carteira de investimentos;
 - Evolução do patrimônio líquido do RPPS;
 - Possibilidade de inclusão de mais de uma carteira de investimentos e apresentação de forma segregada e consolidada;
 - Enquadramento dos investimentos perante a Resolução CMN nº 4.963/2021 e Política de Investimentos e suas respectivas alterações;
 - Rentabilidade mensal e acumulada no ano e comparação com a meta atuarial;
 - Ferramenta de comparação de fundos de investimentos;
 - Emissão de relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais de investimentos;
 - Divisão da carteira de investimentos por instituição administradora e gestora de fundos de investimentos; segmentos de aplicação, liquidez e índices de referência;
 - Atualização automática das cotas dos fundos de investimentos;
 - Disponibilização de documentação do Credenciamento das instituições;
 - Ferramenta de auxílio para preenchimento dos Formulários APR;
 - Geração de login e senha para membros de Conselho e Comitê, Auditores ou quaisquer outras pessoas com acesso restrito a informações, sendo estas definidas pelo gestor do RPPS;
 - A contratada deverá realizar treinamento para os usuários indicados pela contratante para utilização do sistema.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL:

3.1 – O valor contratual importa na quantia mensal de R\$ 1.450,00 (mil quatrocentos e cinquenta reais), perfazendo o valor total de R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais).

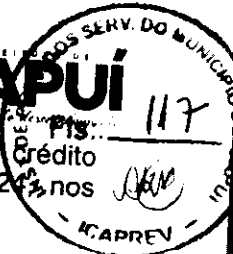
CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO:

4.1 – Os pagamentos serão realizados sempre ao final de cada mês mediante apresentação da Nota Fiscal de realização dos serviços contratados. A fatura deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Icapuí - ICAPREV, que atestará a realização dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO:

5.1 – O valor do objeto Contratual é irredutível durante o período de sua vigência.

CLÁUSULA SEXTA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO:



6.1 – A vigência do contrato ficará adstrita à vigência do respectivo orçamento, iniciando com a sua assinatura, e findando em 31.12.2024, nos termos do art. 57, da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 7.1 – A CONTRATANTE se obriga a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 7.2 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 7.3 – Comunicar tempestivamente à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 7.4 – Providenciar os pagamentos à CONTRATADA à vista das Notas Fiscais / Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1 – A contratada deverá desempenhar as atividades propostas de forma atualizada e pontual, elaborando relatório mensais sobre o desempenho dos investimentos, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.963/2022 e da Política de Investimentos do RPPS e demais legislações que dispõe sobre a matéria.
- 8.2 – Deverá elaborar relatórios sobre a carteira de investimento, bem como sua evolução, realizar análise de possíveis novas aplicações e seus enquadramentos, relatórios para elaboração do DAIR e auxílio nas informações previdenciárias necessárias relacionadas a investimentos.
- 8.3 – A contratada também dará assessoramento na alocação de recursos e na elaboração e possíveis alterações da Política de Investimentos do RPPS, de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.963/2022.
- 8.4 – Todos os relatórios oriundos do serviço de assessoria financeira devem ser disponibilizados em plataforma na WEB, para acesso e consulta dos representantes legais do RPPS.
- 8.5 – A contratada poderá ter sede em qualquer Estado, sendo que todas as despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da empresa contratada, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.
- 8.6 – O RPPS poderá solicitar que a contratada efetue a troca de profissionais quando os serviços prestados não estiverem atendendo as necessidades administrativas e dos servidores.
- 8.7 – Os profissionais da empresa contratada devem manter uma postura ética e de respeito, não cabendo ao profissional da empresa contratada selecionar servidores para atendê-los.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

- 9.1 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões dos serviços contratados, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 9.648/98.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 10.1 – Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções.
- 10.1.1 – Advertência.



10.1.2 – Multa:

- a) De 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor a ser pago à CONTRATADA pelo atraso injustificado na execução do objeto contratual;
 - b) De 10% (dez por cento), sobre o valor do Contrato pela não execução total ou parcial do objeto contratual e;
 - c) O valor das multas referido neste item será descontado “ex-offício” da CONTRATADA, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto ao órgão e/ou, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 10.1.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;**
- 10.1.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, de no mínimo 02 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

- 11.1 – O instrumento contratual poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;
- 11.2 – Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE são assegurados os direitos previstos no art. 80, inciso I a IV, §§1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- 12.1 – Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, fica designada o Presidente do ICAPREV, para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.
- 12.2 – A presença da fiscalização do ICAPREV não elide nem diminui a responsabilidade da licitante contratada.
- 12.3 – Caberá ao Presidente rejeitar totalmente ou em parte qualquer serviço que não esteja executado de acordo com as exigências estipuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 13.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Contrato correrá por conta da Dotação Orçamentária nº 12.01.09.122.0028.2.105, Elemento de Despesa nº 3.3.90.35.00.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 14.1 – Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- 14.2 – Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoadada e subscrita pelo Representante Legal da recorrente dirigida ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Icapuí - ICAPREV;
- 14.3 – Os recursos serão protocolados no Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Icapuí - ICAPREV e encaminhados à autoridade que exarou a decisão recorrida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

- 15.1 – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente deste Contrato, o Foro competente é o do Município de Icapuí, Estado do Ceará, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo, nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.



[Handwritten signature]

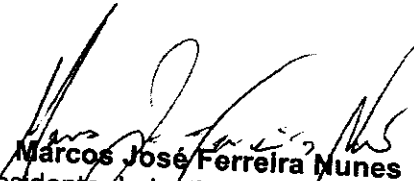


ICAPREV
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ICAPUI



E, estando às partes acertadas, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Icapuí – CE, 02 de janeiro de 2024.


Marcos José Ferrelira Nunes
Presidente do Instituto de Previdência
dos Servidores do Município de Icapuí -
ICAPREV
CONTRATANTE


VITOR LEITAO
ROCHA:011 [REDACTED]

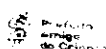
Assinado de forma digital por VITOR
LEITAO ROCHA:011 [REDACTED]
Dados: 2024.01.02 10:48:06 -03'00'

Matias e Leitão Consultores Associados Ltda
CNPJ nº 14. [REDACTED]
Vitor Leitão Rocha
CPF nº 011 [REDACTED]
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

01. 
CPF: 502. [REDACTED]

02. 
CPF: 512. [REDACTED]



ESCOLA
SOLTA DEZ

08. [REDACTED]

Rua Engenheiro Francisco de Assis Filho, Nº 654, Bairro Centro – Icapuí – Ceará